

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p01320146

“A nova onda do Imperador”: um estudo crítico das cartas de Dom Pedro II*The New Wave of the Emperor": A Critical Study of Dom Pedro II's Letters*Vitória Oliveira da SILVA¹Daniele Basílio Nunes CASTRO²

Resumo: O presente artigo tem como proposta analisar o discurso que se encontra presente em quatro cartas do Imperador Dom Pedro II, as quais trata-se de problemáticas referentes aos aspectos político-sociais do Brasil Império do Segundo Reinado. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa aplicada de cunho qualitativo. Para este estudo, utilizamos como base para a produção das análises discursivas Fairclough (2001), Le Goff (1924) e Nora (1993). Por fim, sabemos da importância da análise do discurso crítico, voltado para o olhar da história, sem pré-conceitos, que trabalhem as análises discursivas em documentos históricos para a descoberta de novos fatos nesse texto e os intuítos dos discursos usados. Dessa forma, obtivemos como resultados, tais elementos: o analista crítico do discurso quando analisa documentos históricos necessita primeiramente levar em questão o contexto do passado que aquele discurso foi inserido e como ele poderá abordar essa narrativa com os olhos de hoje que irá contribuir para um novo olhar sobre aquele fato histórico e provavelmente trazendo uma nova perspectiva para o discurso que está sendo estudado.

Palavras-chave: Análise do Discurso Crítica. Dom Pedro II. Carta.

Abstract: This paper aims to analyze the discourse which is found in four letters from Emperor Dom Pedro II which deals with problems referring to social and political issues during the Second Empire from colonial times in Brazil. In this sense, it is a qualitative applied research. For this study, the theories from Fairclough (2001), Le Goff (1924) and Nora (1993) were used as basis to produce discourse analysis. Lastly, the importance of critical discourse analysis is considered, as well as the historical perception, with no prejudice to discourse analysis applied to historical documents for the discovery of facts in this text and aims of given discourses. Therefore, results point out that the following elements: the critical discourse analyst first needs to consider the context of the time in the past in which the discourse was performed in the historical documents and how one can interpret the narrative with a contemporary perspective that will contribute for a new perception about that historical moment and, probably, bringing a new perspective to the studied discourse.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Dom Pedro II. Letter.

1 Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o discurso presente em quatro cartas do Imperador Dom Pedro II, que abordam questões referentes à política e aos aspectos sociais do Brasil Imperial, no período do Segundo Reinado (1860 e 1880). Dentro desse propósito, visamos examinar a visão política eurocêntrica que o Imperador tinha para o governo do Brasil;

¹Graduada em Licenciatura Plena Português/Inglês no Centro Universitário Frassinetti do Recife (UNIFAFIRE).
E-mail: vitoriaoliveirasilva@grad.fafire.br

² Doutora em Letras/Linguística - UFPE, professora de Língua Portuguesa, no curso de Letras, no Centro Universitário Frassinetti do Recife (UniFAFIRE) e do Governo do Estado de Pernambuco – SEE. *E-mail:* danielec@prof.unifafire.edu.br

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

a perspectiva negativa que ele tinha sobre os costumes arcaicos e europeizados da corte imperial brasileira; o olhar de Dom Pedro II como “Pedro de Alcântara” na sua vida privada; e o Imperador do Brasil como um abolicionista no Séc. XIX.

Essas cartas tinham como principais destinatários: Luísa Margarida de Barros Portugal, a condessa de Barral, e Gastão de Orléans, o Conde d’Eu. Tem-se uma carta endereçada, em dezembro de 1864, para o Conde d’Eu, que aborda seu contrato de casamento com a Princesa Isabel. Já a carta enviada em novembro de 1866, destinada a Condessa de Barral, é um escrito abordando a guerra do Paraguai e a escravidão. Em fevereiro de 1867, também para a Condessa, há uma correspondência sobre questões de saúde pública e política nacional e internacional. E por último tem-se a correspondência enviada no oitavo mês de 1880, também para Condessa de Barral e que possui como temática a rotina diária do Imperador. Mediante a este contexto, visamos discutir o que podemos constatar sobre o período do Brasil Império e a sua estrutura político-social por meio da ACD no decorrer das leituras das cartas do segundo Imperador do Brasil.

Partindo deste princípio, utilizamos as respectivas temáticas para selecionar os trechos das cartas estudados, são eles: os costumes da corte imperial; a escravidão; a vida privada do imperador; e a política no Império.

Essa pesquisa tem aporte teórico nos estudos de Norman Fairclough (2001), sobretudo, em sua obra “Discurso e Mudança Social”, em que há a abordagem não apenas dos conceitos centrais para Análise do Discurso Crítica (ACD), mas também dos aspectos identificados em sua análise social da linguagem, destacando como tais elementos podem ocasionar mudanças nos discursos veiculados em sociedade. Logo, essa teoria nos serviu de suporte, uma vez que analisamos criticamente o modo como se dava o uso da linguagem (discurso) no período do Brasil Império pelo olhar do Imperador do Brasil.

Nos estudos de Fairclough (2001) é possível compreender como o discurso usado em determinados textos, principalmente em documentos históricos, possibilita encontrar informações sobre as crenças e as ideologias de uma dada época. Isto é, por meio da análise podemos acessar o olhar do autor através da linguagem que foi usada nesse período, sendo possível percebermos a visão de Dom Pedro II sobre vários aspectos político-sociais do Brasil Imperial.

Seguindo o fio condutor teórico desse estudo, também utilizamos a obra de Jacques Le Goff (1924), “História e Memória”, para abordar o olhar da posteridade sobre os documentos

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

históricos e como esses materiais devem ser analisados. Para o autor, é inconcebível que o historiador não reconheça a necessidade de integrar a memória ao estudo da história, praticando a dicotomia entre passado e presente nos campos da historiografia. É a partir dessa reflexão que o historiador consegue relatar os acontecimentos do passado no contexto atual.

Le Goff (1924) na sua teoria do olhar da posteridade, afirma que o documento escrito é fundamental para que possamos ter os relatos que precisamos para construir a história do mundo e como esse tipo de fato histórico explana o poder da sociedade antecessora sobre a memória do futuro. Também consideramos Nora (1993), no seu artigo “Entre memória e História - A problemática dos lugares”, que similarmente aborda esse lugar importante que a memória possui na disciplina História e como devemos explorá-la no presente.

Por meio das ponderações de Jacques Le Goff e Nora, compreendemos como direcionar o olhar crítico para os documentos históricos (cartas) e fazer as suas análises discursivas com uma perspectiva mais ponderada e sem grandes influências do atual contexto social em que vivemos.

A metodologia aplicada nesta pesquisa tem o cunho descritivo e documental. Este estudo foi realizado a partir dos documentos históricos disponibilizados online, que abordam as temáticas das cartas mencionadas anteriormente, e para a análise desses materiais, adotamos a abordagem qualitativa.

Na seção seguinte, é feita a explanação dos conceitos centrais da Análise Crítica do Discurso e que servem de fundamentação para esta pesquisa. Nele, apresentamos a teoria de Norman Fairclough (1992), na obra “Discurso e Mudança Social”, que trata da ACD e de como os discursos sociais dominantes de um determinado grupo/comunidade obtém o poder da prática discursiva, conseguem influenciar uma grande parcela da sociedade, e controlar como a população absorve e compreende este discurso.

Em sequência, ainda apresentamos a teoria de Jacques Le Goff (1924) e de Nora (1993) sobre como devemos analisar e compreender a questão da memória quando estamos tratando da História, além de como adotar um olhar crítico sobre os documentos e personagens históricos sem os pré-conceitos que poderiam ser estabelecidos.

Terminada a apresentação de nosso referencial teórico, seguimos com a apresentação dos resultados que obtivemos por meio das análises das quatro cartas de Dom Pedro II e, conseqüentemente, teremos algumas reflexões sobre o personagem (Dom Pedro II) e o período histórico (Brasil Imperial - Segundo Reinado) tratado neste estudo. Neste tópico, usamos como

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

base a biografia de Dom Pedro II, escrita por Lilia Moritz Schwarcz (1998), intitulada “As barbas do Imperador - D. Pedro II, monarca nos trópicos”, para ter um entendimento sobre quem estamos examinando e qual contexto das cartas, bem como foi feito o processo de escolhas dos temas situados nas cartas que foram averiguadas.

2 A Análise Crítica Discurso: noções basilares para um estudo crítico

2.1 Surfando na onda da ACD

A Análise Crítica³ do Discurso (ACD) é uma das vertentes do campo de estudo da Análise do Discurso. Ela surge, no início do século XX, devido ao desenvolvimento das pesquisas desses principais teóricos: Norman Fairclough, Ruth Wodak, Teun Van Dijk, Gunter Kress, Theo van Leeuwen. A ACD tem como objetivo investigar criticamente as relações de poder e diferenças de classes, originalizada e constituída por meio do uso da linguagem (Wodak, 2004). Ou seja, a Análise Crítica do Discurso é a convergência da compreensão do uso do discurso nas estruturas sociais de classes dominantes.

A ACD tem como objetivo norteador compreender como o discurso se constitui e é constituído pelas estruturas sociais, sobre as quais podem ser observados os processos de abuso de poder. Sendo assim, a principal função de um analista crítico do discurso é propagar a importância do uso da linguagem nas relações sociais de autoridade e de trazer a consciência de como a linguagem colabora para a dominação de um certo grupo ou pessoa sobre outras. Assim, considera-se que partir dessa compreensão é possível a emancipação dessas amarras de poder (Melo, 2009).

Para este estudo, consideramos primeiramente o conceito de discurso, depois abordamos a Teoria Social do Discurso e a concepção tridimensional de Norman Fairclough (2001) que se encontra na obra “*Discurso e Mudança Social*”. Iniciamos compreendendo o que é discurso para Norman Fairclough:

[...] o termo 'discurso', proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais.

³ Ruth Wodak (2004, p. 234) conceitualiza a análise crítica como “[...] distanciar-se dos dados, situar os dados no social, adotar uma posição política de forma explícita e focalizar a auto-reflexão.”. Ou seja, para alguma opinião ser denominada de crítica, os pesquisadores precisam se distanciar não só do que está sendo mostrado, mas também analisar os dados e os fatos sociais, convergindo assim, com o seu posicionamento político, e trazendo sua própria visão para o que está sendo pesquisado.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo e significado. (Fairclough, 2001, p. 90-91).

Desse modo, o discurso é tido como uma prática social e não simplesmente como uma atividade individual de um falante, visto que é por meio do discurso que podemos agir sobre o mundo. Ademais, por meio do discurso podem estar perpassadas as relações de dominação e de representação social, pois é a partir dele que se constituem os elementos da estrutura social, ou seja, as normas, relações, identidades e as instituições que criam e modificam o discurso para conceber o mundo e seus significados.

Com a ideia do que é discurso para Fairclough, podemos abordar a concepção tridimensional da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2001), em que ele apresenta 3 (três) tradições analíticas – sendo cada uma delas é vital para a análise do discurso crítica –, são elas: Texto, Prática Social e Prática Discursiva.

Resende e Ramalho (2006) descrevem a prática social da Teoria Social do Discurso como uma extensão de um evento discursivo. No caso dessa pesquisa, podemos ter o texto, que também poderia ser um discurso político, uma palestra ou qualquer ação que apresente as três concepções de Fairclough.

Dois desses conceitos (prática social e texto) são mediados pela prática discursiva o qual tem como objetivos os processos sociocognitivos de produção e consumo do texto. Esses processos estão associados a ambientes de determinadas situações econômicas, políticas e instituições particulares. Assim, através dessa estrutura teórica, Fairclough mostra como deve ser feita a análise de cada um desses três tópicos para que o analista crítico atinja seus propósitos e objetivos da pesquisa em questão.

A despeito disso, temos as definições de análise textual, prática social e prática discursiva. O texto para Norman Fairclough nada mais é do que uma prática discursiva e social, pois concebe a análise textual como um conjunto de “signos” que possuem uma motivação política ou social por trás, correlacionando assim, os significantes particulares e os significados particulares. Essa análise do texto pode ser feita a partir de certos elementos, como: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (Fairclough, 2001), pois toda a oração é multifuncional, possuindo assim significados ideológicos, interpessoais e textuais.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

Já a prática discursiva envolve o processo de produção, distribuição, consumo, contexto, força, coerência e intertextualidade, bem como a origem desses materiais irá diferir por meio dos fatores sociais em que se insere essa prática. Ela também é propagada, pois todo texto é produzido a partir de um determinado contexto social (Fairclough, 2001). Como exemplo, podemos citar que o gênero textual carta tem como foco noticiar algo, podendo se tratar de um assunto privado (pessoal) ou público (ordens de governo) para alguém em específico, na maior parte das vezes.

Esse gênero textual possui a função de estabelecer a comunicação entre dois interlocutores. A depender do assunto tratado na carta terá um certo tipo de interpretação e recepção do indivíduo, que está no papel de leitor, fazendo com que algumas vezes a mudança do pensamento ocorra e a relação de poder seja concluída. Isso demonstra todo o processo de produção, distribuição e consumo de um texto, evidenciando como esses aspectos são essenciais para a construção da prática discursiva.

E, por último, temos a prática social, que, como vimos é fundamental para a compreensão do discurso em questão. A partir dela temos a visão da ideologia (sentidos, pressuposições e metáforas) e hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas) do autor(a) do discurso, mostrando assim o contexto social escolhido, assim como a forma como foi idealizado e produzido para estabelecer os relacionamentos de poder entre as classes sociais.

Para Norman Fairclough, a prática social é dividida em duas partes: a ideologia e a hegemonia. A ideologia é vista como:

[...] significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Fairclough, 2001, p. 117).

Por assim dizer, o linguista mostra que para ser definido como ideologia, é preciso a idealização de pensamento e falas reais de uma determinada sociedade, criando certos discursos com estes ideais inseridos nele. Por exemplo: as relações sociais e os seus costumes irão ser definidos em variadas maneiras de práticas discursivas, cooperando com a realização ou inovação das relações de dominação entre as diferentes classes sociais. Esse processo transforma muitos desses discursos em ideologias que se tornam senso comum, facilitando, assim, a soberania sobre os indivíduos.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

A despeito das relações de dominação, temos que caracterizar também sobre o que trata a hegemonia para Norman Fairclough. Segundo Resende e Ramalho (2006), Fairclough que a hegemonia é um controle efetuado pelo poder de um determinado grupo sobre os demais, sendo baseada mais no discurso do grupo dominante para com a classe mais baixa do que no uso da força. Assim, esse tipo de denominação nunca será algo estável, e a partir disso, temos a ideia de luta hegemônica com o objetivo de luta contra os pontos de instabilidade nesses tipos de relações. Ou seja, o linguista mostra que o poder está relacionado a um certo grupo de pessoas, seja esse: econômico, político ou cultural, e ao senso comum da sociedade, fazendo com que determinados grupos consigam a submissão dos outros indivíduos.

3 “Mas o que isso tem a ver com a História?”

Como faz notar, o grupo social que tem mais poder é aquele que também domina o discurso e suas práticas discursivas na sociedade. Sendo assim, podemos fazer a ligação que essa mesma classe social que controla o discurso, também, irá controlar as práticas discursivas que fazem parte do campo de estudo da História, ou seja de como o mundo aprende e vê os fatos que ocorreram no passado.

Uma dessas maneiras de influenciar certas narrativas históricas, é realizada por meio da preservação da documentação escrita, como irá comentar Alessandra Pedro (2018, p. 24) “[...] no mundo ocidental, o registro escrito foi ganhando grande espaço, e contar aquilo que se viu e vivenciou [...]”. Ou seja, é a partir dessas documentações que a sociedade tem consciência e aprende sobre o seu passado e que tipo de discursos foram criados através da história, por esses grupos majoritários.

Ainda nessa linha de pensamento, ao analisar uma documentação histórica é importante examinar o discurso e os aspectos da sociedade em que essa prática discursiva estava sendo vivenciada, pois só assim poderemos compreender o que aquela determinada fonte pode nos apresentar sobre o período estudado. Pedro (2018, p. 32) enfatiza que

tanto para o historiador historicista quanto para um historiador nos dias atuais, compreender aquilo que o documento por meio do conhecimento dos significados e usos das palavras é essencial para a análise das fontes e para aquilo que deseja apreender do passado.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

Também é essencial para uma análise documental de acontecimentos históricos, a discussão sobre a visão de como se trata o passado, presente e o conceito de memória para que possamos analisar um determinado fato histórico. Os historiadores Marc Bloch, Pierre Nora e Jacques Le Goff abordam bastante sobre esses conceitos e de como deve-se tratá-los.

Na sua ideia de como os historiadores devem se relacionar com o passado/presente, Bloch (1941, p. 63) na sua obra “Apologia da História ou ofício do historiador” argumenta que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”. Para ele, se não tivermos conhecimento sobre os fatos históricos e estudá-los, não terá nenhum tipo de efeito negativo ou positivo no nosso presente. No entanto, levar a repetição dos mesmos problemas que aconteceram no passado. Por isso, é importante ter consciência do que acarretou o nosso presente.

Conseqüentemente, torna-se essencial para os historiadores – na hora de fazer a análise de um acontecimento histórico e trabalhar na compreensão da sua fonte de pesquisa – ter plena ciência de qual foi o contexto social que aquele passado ocorreu, pois o domínio do que acontece no presente fica mais acessível para os estudiosos. Assim, a sociedade também consegue perceber como a história ocorreu e quais foram os erros e acertos das ações passadas.

Le Goff (1990) por seu lado afirma que na compreensão histórica, as relações de *passado/presente* podem se mostrar de vários modos, mas um deles é observar o passado como um modelo do que seria o presente e o presente em relação ao passado seria uma decadência ou progresso. Isto é, o passado nada mais é do que uma visualização do que será o presente, já o presente pode ser interpretado como ruína/evolução dos fatos que aconteceram.

Já na questão de memória, Nora (1993, p. 9) a apresenta como

[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Isto significa que o que denominamos por memória são momentos passados constituídos por indivíduos, que estão sempre convergindo entre a recordação e o esquecimento. Do mesmo modo que a memória pode ser lembrada por vários momentos, também pode ser plenamente olvidada, mas um ponto é que a memória é facilmente manipulável porque pode sofrer mudanças e influenciar certos discursos. Le Goff (1990, p. 476) estabelece a memória como

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

“[...] um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*, individual, ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje [...]”.

A visão dele é parecida com a de Nora, pois ela também contextualiza a memória como algo social e que representa uma pessoa ou um grupo social. Entretanto, também a percebemos como um elemento que causa investigações na sociedade passada e principalmente na atual. Por isso, a procura sobre o passado é significativa para a coletividade, porque por meio das memórias conseguimos entender a cultura identitária dos grupos sociais ou até de um só determinado indivíduo, como por exemplo, a vida de um personagem histórico.

Dessa forma, é de suma importância ressaltar, como também relata Le Goff (1990) que a memória é um instrumento de poder, principalmente em sociedades que fazem uso de documentação histórica para construir memórias coletivas deste povo e assim fazer a sua dominação nas classes sociais menos favorecidas na pirâmide social.

Outro conceito que temos é o de “Lugar de Memória” que nada mais é do que o local que aquele fato histórico se encontra, podendo ser em: museus, arquivos, documentos escritos, coleções etc.

Em se tratando do lugar de memória Nora (1993, 13) afirma que esses lugares

[...] nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Dessa maneira, podemos declarar que cartas também são um lugar de memória, pois trata-se de uma documentação escrita. Mas para além disso, as cartas evidenciam a valorização da memória, e muitas das vezes, lembranças privadas daquele autor(a). Afinal, o que é a carta se não um apunhado de memórias de um indivíduo em especial compartilhadas com um grupo de pessoas ou um uma pessoa só, especialmente escolhida para ser o leitor.

Sendo assim, é essencial que o pesquisador tenha esses conceitos em mente para que consiga fazer uma curadoria cuidadosa sobre o que se trata o seu material de estudo e entender sobre o contexto histórico e social em que a documentação foi escrita, quem foi o autor, se ele tinha uma posição de poder e de que classe social era. Esse processo é primordial para que se consiga compreender, analisar e criticar o discurso que foi usado para apresentar aquele fato histórico e assim, conseguir ter uma visão do passado mesmo estando no presente.

4 Pelas palavras de Dom Pedro II, eu declaro...

Para a realização da análise desta pesquisa, retomamos nosso objetivo principal, o qual visamos obter uma análise discursiva de quatro cartas do Imperador Dom Pedro II que discorrem sobre as questões políticas e sociais do Brasil Império.

Em vista disso, foram investigadas quatro perspectivas: 1º a perspectiva de Dom Pedro II sobre o modelo político do Brasil, ou seja, uma visão política eurocêntrica para o governo brasileiro; 2º a visão negativa do Imperador do Brasil sobre os costumes arcaicos e europeizados da corte imperial brasileira; 3º o olhar do 2º Imperador do Brasil sobre sua vida privada, como um pai preocupado com os estudos e futuro das filhas, as princesas Isabel e Leopoldina, um marido atencioso e amigo para a Imperatriz Teresa Cristina, apesar dos seus relacionamentos extraconjugais e também, como um estudioso de variadas ciências; 4º a maneira como o Imperador do Brasil ainda governava um país que tinha no seu sistema de governo a escravidão, embora tivesse um espírito abolicionista e defendesse os escravizados do século XIX.

Esses discursos foram analisados a partir da Teoria Social do Discurso de Norman Fairclough (2001) por meio da estrutura do gênero textual que o discurso está inserido e sua prática discursiva e social, ou seja, a concepção tridimensional. Bem como foram analisados a partir das concepções de passado/presente e memória de Le Goff (1990) e Nora (1993) que foram usadas na questão de como o pesquisador crítico deve tratar sem conceitos prévios, a documentação histórica.

Entretanto, por conta de alguns fatores, como caligrafia, termos e frases construídas em língua estrangeira, alguns trechos das cartas que abordam estes assuntos foram excluídos, pois como já mencionado, pretendemos estudar o discurso que estão presentes nas cartas. Por isso, foram selecionadas as partes que conseguimos transcrever completamente.

A primeira carta que foi analisada é datada de 23 de agosto de 1880 que foi enviada para a Condessa de Barral e que tem como objetivo ser uma carta-diário, contando a rotina de compromisso e estudos do Imperador entre os dias 23 e 27 de agosto. O trecho analisado aborda o seguinte:

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

Trecho 1 – 26 - Leitura e estudo. Esta noite cantaram o Salvator Rosa⁴ em benefício do autor. Carlos Gomes não foi referenciado como merece. Sem muito talento. Estou cansado e adeus, boas noites! (Pedro II, 1880, p. 01, grifo nosso).

Neste trecho da carta temos Dom Pedro II relatando que o seu dia, no caso 26 de agosto, foi basicamente de leituras e estudo, mas que a noite ele participou de uma apresentação de ópera, como podemos deduzir a partir dos termos sublinhados, uma vez que “Salvator Rosa” é uma ópera escrita por Carlos Gomes, um dos muitos artistas que o Imperador patrocinou os estudos na Europa.

A partir do gênero textual que foi escolhido neste discurso, verificamos o sentido de que diálogo entre emissor e receptor se dá entre dois conhecidos próximos que pertencem à mesma classe social, já que sabemos que pessoas de classes sociais mais baixa no Brasil Império não teriam acesso a uma apresentação de ópera. Além disso, por se tratar de uma carta com o objetivo de apresentar a rotina do Imperador para a Condessa de Barral, conseguimos perceber nos trechos “Leitura e estudo”, “Sem muito talento”, que o autor estruturou seu texto em forma de uma narração psicológica e topicalizada. Pelo que é apresentado as frases “Esta noite cantaram o Salvator Rosa⁵ em benefício do autor” e “Carlos Gomes não foi referenciado como merece” num primeiro momento parecem soltas e sem muita conexão entre si, principalmente, se o leitor dos dias de hoje não tiver conhecimento prévio sobre quem foi Carlos Gomes.

A partir da prática discursiva que foi usada, conseguimos perceber o desgosto do autor ao ouvir sendo cantada a ópera do compositor Carlos Gomes e que a corte brasileira não tinha o mesmo cuidado e apreço pela música clássica como as pessoas na Europa, apesar de tentar trazer e reproduzir as atrações artísticas que eram bastante apreciadas no outro continente. No Brasil Império estas reproduções ficavam chulas e decadentes na visão do Imperador que tinha nesta época feito viagens à Europa. Com isso, temos a visão da prática social e das relações de hegemonia que se fazem presente na fala do Imperador, sendo perceptível como a classe social que ele se encontrava afetava sua opinião sobre o evento. Assim, por ter o cargo de poder mais alto do Brasil naquele período, ele estava acostumado a conhecer figuras ilustres como o próprio Rossini⁶, Victor Hugo e vários outros. Por isso, percebemos esse desapontamento pela emissão

⁴ Termos sublinhados pelo próprio autor.

⁵ Termos sublinhados pelo próprio autor.

⁶ Compositor italiano.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

que se tem dos artistas que apresentaram a ópera naquela noite. Aqui, não se trata exatamente de uma relação de dominação, mas sim de uma visão intrínseca da classe dominante da época.

A segunda carta, que teve trechos selecionados para exposição de nossos dados, foi endereçada para o Conde d'Eu, que abordava algumas retificações do seu contrato de casamento com a Princesa Isabel, datada do dia 25 de dezembro de 1865. Vejamos:

Trecho 2 - Os artigos 2º, 3º, 5º do contracto de seu casamento são de summa interesse para o Brazil, meu genro e os filhos d'este meus netos os herdeiros da coroa brasileira devem nascer no Brasil. (Pedro II, 1865, p. 01, grifo nosso).

Trecho 3 - Explicarei também meu pensamento sobre o posto militar cujo efetivamente depende do poder legislativo. [...] Não o inibe de ser empregado facilmente, e eu o proporia isso ao governo, em comissões de organização do exército ou defesa material do Império, e se como moço e pouco conhecido ainda dos brasileiros, será menos fácil dar-lhe o comando de outros oficiais, como, aliás exige o principal posto do exército; contudo sua acção que não seja no sentido de preparar o país para a guerra, poderá comprometer o prestígio de meu genro, pois que ainda se carece muito de organizar a sua posição de futuro marido da Imperatriz provável do Brazil, a quem melhor ajudará, atendendo igualmente os interesses do Brazil e seus próprios, se aparecer sempre mais claramente a acção de sua esposa embora influída em seus conselhos. (Pedro II, 1865)⁷

Iniciando pela compreensão que podemos ter da estrutura textual e do gênero que foi escolhido para apresentar este discurso, temos novamente o mesmo contexto do gênero carta, porém diferentemente da primeira análise, aqui não temos uma conversa com assuntos triviais, mas sim, um assunto de suma importância para o Governo Brasileiro da época e a prosperidade da monarquia brasileira: os artigos e a exigência do Imperador para o contrato de casamento do seu futuro genro Gastão de Orleans com a sua filha Princesa Isabel.

A relação de emissor e receptor dos dois trechos têm uma clara relação de dominância, percebemos que o emissor desse discurso tem uma voz passiva para o receptor já que pelo contexto social que os dois estão inseridos, os pedidos que foram feitos precisavam ser acatados. Apesar de teoricamente as duas partes fazerem parte da nobreza e assim, participando da mesma classe social, também temos aqui um texto com uma ideia mais narrativa.

No primeiro trecho que ele aborda os artigos que precisam ser mantidos no contrato, também apresenta a questão dos netos e a importância deles para a nação brasileira. Vemos, que pelo uso da prática discursiva e o contexto da prática social que o autor escolheu para transmitir seu discurso, é possível entender que, embora o autor fale sobre os netos e demonstre

⁷ Documentação disponibilizada gratuitamente pelo Museu Imperial/Ibram/MinC.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

preocupação com o fato de eles nascerem no Brasil, sugerindo a imagem de um avô preocupado com sua descendência, não devemos interpretar dessa maneira. É importante lembrar que se trata de um estadista, e o teor do discurso é completamente comercial, sem qualquer sentimentalismo por parte do emissor. Como sabemos, os casamentos no século XVIII, especialmente entre a realeza, eram predominantemente questões de negócios de Estado, como veremos no trecho seguinte.

Desse modo, a necessidade dos netos nascerem no Brasil era um tema comercial, pois o que estava sendo tratado intrinsecamente através do uso da linguagem era a prolongação da monarquia brasileira e a perpetuação de poder da família imperial do Brasil. Portanto, o contexto social da monarquia influenciou diretamente na prática discursiva, porque para continuar com a manutenção do Império era de grande importância para o imperador que os netos fossem considerados brasileiros, preservando a ilusão de que os herdeiros, diferentemente das pessoas que implementaram a monarquia no Brasil, tinham o mesmo “sangue” da classe dominada.

Já no trecho 3, na primeira parte, temos a voz do discurso com uma aparência um pouco mais passiva, com um teor de que se propõe fazer o máximo possível para realizar a vontade do futuro genro de servir ao país como militar. Porém, ao mesmo tempo são colocados vários obstáculos para que isso aconteça, por exemplo, afirmando que por ser um príncipe estrangeiro, não seria visto com bons olhos pelos militares brasileiros ou que era necessário envolver o poder legislativo para que isso acontecesse. Essa atitude demonstra a preocupação de Dom Pedro II do futuro genro falecer na guerra e deixar o Império sem herdeiros, e a princesa Isabel sozinha.

Entretanto, na segunda parte do trecho, por meio do sentido das práticas discursivas, temos uma mudança de voz do autor, passando a ser muito mais dominante e mostrando a função do príncipe no Império Brasileiro, que é ser um braço direito ou um mero aconselhado da futura provável imperatriz do Brasil.

No trecho “Imperatriz provável do Brazil, a quem melhor ajudará, atendendo igualmente os interesses do Brazil e seus próprios, se aparecer sempre mais claramente a ação de sua esposa embora influída em seus conselhos”, também é possível perceber outro sentido no discurso, que sugere que, apesar de, teoricamente, a Princesa Isabel ser quem comandaria ao assumir o trono imperial, o príncipe deveria garantir que sua palavra fosse respeitada nas decisões de Dona Isabel, além de priorizar seus próprios interesses. Com isso, é possível analisar que apesar de

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

ter a oportunidade de uma mulher no maior cargo do Brasil daquele período, ela precisaria ouvir uma voz masculina.

5 Considerações Finais

Consideramos que a Análise do Discurso Crítica está avançando cada vez mais como um campo de estudo investigativo, através do uso da linguagem na sua busca de compreender o discurso como utensílio de poder das classes dominantes e como se faz as relações sociais a partir deste ponto. Por sua vez, o analista do discurso crítico tem como o seu objetivo fazer esse papel de investigador em suas determinadas áreas de estudos.

Em meio disso foram identificados novos olhares sobre o discurso presente nas cartas do Imperador Dom Pedro II. Dentre eles, destaca-se a sua visão negativa em relação aos costumes sociais trazidos da Europa e introduzidos na corte imperial brasileira. Embora tivesse essa perspectiva sobre os costumes sociais, na esfera política, seu olhar era europeizado e voltado para os antigos valores. Em relação à sua vida familiar, a imagem de Imperador frequentemente se sobrepunha à de pai e marido, mas, ainda assim, é perceptível sua preocupação com os familiares.

Entretanto vale ressaltar que os documentos históricos analisados possuíam certa caligrafia em desuso e trechos em língua estrangeira não identificadas, em virtude disso não foi possível analisar uma nova perspectiva sobre a temática da escravidão no Brasil Império.

Sendo assim, nesta pesquisa identificamos a necessidade do pesquisador do campo da ACD, quando tiver como *corpus* de trabalho documentos históricos, analisa-los sem preconceitos gerados pelo contexto social em que está inserido. Além disso, é fundamental que o pesquisador tenha ciência do contexto social daquele discurso presente na fonte histórica, pois só assim ele poderá fazer uma análise do discurso minimizando a influência extrema, e conseguindo trazer um novo olhar para o determinado discurso.

REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, N. **Teoria social do discurso**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. 2001.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

DOI: 10.24024/23585188v17n1a2024p0132146

MELO, I. F de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna**, v. I p. 1-18, 2009. Disponível em: https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 1 nov. 2023.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, 10, v. 10, 1993. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 1 nov. 2023.

PEDRO, A. A escola metódica e a crítica documental. *In*: PEDRO, A. **Historiografia**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S. A, 2018.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2º edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WODAK, R. Do que trata a ACD - um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso – LemD**, Tubarão, v. 4, n. esp, p. 223-243, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237217555_DO_QUE_TRATA_A_ACD_-_UM_RESUMO_DE_SUA_HISTORIA_CONCEITOS_IMPORTANTES_E_SEUS_DESENVOLVIMENTOS. Acesso em: 1 nov. 2023.